



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Central Eólica Santo Inácio IV S.A

31 de dezembro de 2023

SUMÁRIO

Relatório da administração	03
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais	04
Balancos patrimoniais	07
Demonstração do resultado	08
Demonstração do resultado abrangente	09
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	12
3 Caixa e equivalentes de caixa	18
4 Aplicações financeiras	18
5 Contas a receber	19
6 Imobilizado	19
7 Tributos a recolher sobre o lucro	20
8 Financiamento	20
9 Provisão para compromissos futuros	22
10 Patrimônio Líquido	23
11 Transações com partes relacionadas	24
12 Receita líquida	25
13 Custos e despesas operacionais	25
14 Receitas e despesas financeiras	26
15 Instrumentos financeiros	26
16 Cobertura de seguros	29
17 Compromissos	29
18 Informações complementares ao fluxo de caixa	29

Relatório da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

A Central Eólica Santo Inácio IV S.A. registrou geração bruta de energia de 98.347,80 MWh em 2023, alcançando a receita líquida de R\$21,5 milhões no período. As compras de energia totalizaram R\$805 mil, em decorrência das transações comerciais de curto prazo. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi de R\$14,8 milhões (margem EBITDA de 68,9%) e o lucro líquido registrou o valor de R\$6,4 milhões (margem líquida de 29,8%).

Belo Horizonte, 27 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Central Eólica Santo Inácio IV S.A. Icapuí
– CE**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Santo Inácio IV S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia é realizada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

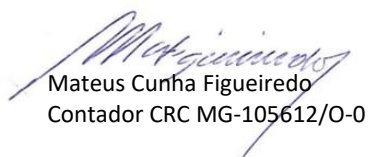
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC
SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	22.794	16.310
Aplicações financeiras	4	2.187	3.422
Contas a receber	5	2.474	1.937
Tributos a recuperar		193	917
Outros ativos		324	-
Total do ativo circulante		27.972	22.586
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras	4	3.455	3.067
Imobilizado	6	95.411	100.838
Intangível		105	336
Total do ativo não circulante		98.971	104.241
Total do ativo		126.943	126.827
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Fornecedores		621	368
Tributos a recolher sobre o lucro	7	276	1.291
Financiamentos	8	2.672	2.451
Arrendamentos		283	268
Provisão para compromissos futuros	9	65	96
Dividendos a pagar	10	8.168	10.415
Outros Passivos com Partes Relacionadas		43	-
Outros passivos		164	136
Total do passivo circulante		12.292	15.025
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	8	35.922	38.072
Arrendamentos		2.927	3.030
Provisão para compromissos futuros	9	2.229	2.011
Total do passivo não circulante		41.078	43.113
Total dos passivos		53.370	58.138
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	10		
Capital social		62.094	62.094
Reservas de lucros		11.479	6.595
Total do patrimônio líquido		73.573	68.689
Total do passivo e do patrimônio líquido		126.943	126.827

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais, exceto quando informado de outra forma.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA LÍQUIDA	12	21.524	19.438
Energia elétrica comprada para revenda		(805)	(648)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.229)	(1.142)
Depreciação e amortização - GER		(5.734)	(5.790)
Outros custos com geração de energia		(4.324)	(3.313)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	13.a	(12.092)	(10.893)
LUCRO BRUTO		9.432	8.545
Despesas gerais e administrativas	13.b	(335)	(382)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(335)	(382)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		9.097	8.163
Receitas financeiras	14	3.129	4.705
Despesas financeiras	14	(4.264)	(4.217)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		7.962	8.651
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(1.557)	(2.112)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.405	6.539
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	10	0,000103	0,000082
Quantidade média ponderada de ações(em milhares)	10	62.093.662	79.694.714

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	6.405	6.539
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	6.405	6.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2021	11	85.245	938	671	6.647	-	93.501
Redução do capital social		(23.151)	-	-	-	-	(23.151)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.539	6.539
Reserva legal		-	327	-	-	(327)	-
Dividendos extraordinário		-	-	-	(6.647)	-	(6.647)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.553)	(1.553)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	4.659	(4.659)	-
Em 31 de dezembro de 2022	10	62.094	1.265	671	4.659	-	68.689
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	6.405	6.405
Reserva legal		-	320	-	-	(320)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.521)	(1.521)
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	4.564	(4.564)	-
Em 31 de dezembro de 2023	10	62.094	1.585	671	9.223	-	73.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, em milhares de reais.

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		6.405	6.539
Ajustes por:			
Depreciação e amortização		5.734	5.790
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras	14	4.082	4.214
Imposto de renda e contribuição social	7	1.557	2.112
		17.778	18.655
Variação de ativos e passivos			
Contas a receber	5	(537)	1.764
Tributos a recuperar		(540)	(882)
Outros ativos		(324)	155
Fornecedores		253	15
Tributos e contribuições sociais		-	(29)
Outros Passivos com Partes Relacionadas		43	(174)
Outros passivos		28	(6)
		(1.077)	843
Caixa gerado pelas operações			
		16.701	19.498
Imposto de renda e contribuição social pagos	7	(1.308)	(1.037)
Juros pagos	8	(3.298)	(3.437)
Pagamentos compromissos futuros	9	(72)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.023	15.024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
No imobilizado	6	-	(33)
Aplicações financeiras	4	847	(1.946)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		847	(1.979)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de financiamentos	8	(2.325)	(2.189)
Pagamentos de arrendamentos		(293)	(237)
Redução do capital social	10	-	(23.151)
Pagamento de dividendos	10	(3.768)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(6.386)	(25.577)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa			
		6.484	(12.532)
No início do exercício	3	16.310	28.842
No fim do exercício	3	22.794	16.310
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa		6.484	(12.532)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Companhia” ou “EOL Santo Inácio IV”), é uma sociedade por ações de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, implantação, operação, manutenção e exploração de parque eólico localizado no Município de Icapuí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Aliança Geração de Energia S.A.

A Companhia obteve junto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), resolução autorizativa nº 5.872 de 07 de junho de 2016, que autoriza a exploração, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, da Central Geradora Eólica - EOL Santo Inácio IV (EOL SI IV), localizada no município de Icapuí, no Estado do Ceará e possui capacidade instalada de 23,1 MW e garantia física de 10,70 MW médios.

A EOL Santo Inácio IV possui, em conjunto com Central Eólica São Raimundo S.A. (“São Raimundo”), Central Eólica Garrote S.A. (“Garrote”), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Santo Inácio IV”) o projeto do Parque Eólico de Santo Inácio. A implantação do parque ocorreu no município de Icapuí, estado do Ceará, tendo este prevista uma capacidade instalada total de 99 MW e energia assegurada de 46 MW médios.

A ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL No 583 de 22 de outubro de 2013, resolveu, em novembro de 2017, liberar para início da operação comercial as unidades geradoras das Centrais Eólicas que compõe o Complexo Eólico Santo Inácio, sob despacho nº 4.039, sendo que partir da data de liberação a energia produzida pelas respectivas unidades geradoras foi disponibilizada no sistema e em 29 de setembro de 2020, a EOL Santo Inácio IV obteve a extensão da concessão, por meio da emissão da resolução autorizativa nº 9.243, para 35 anos, a contar da data de publicação da Resolução Autorizativa nº 5.872, com vencimento em maio de 2051.

Comercialização de energia

A Companhia possui contrato para venda da energia gerada no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) com um único cliente. O atendimento desse contrato ocorre em conjunto com a energia gerada por todas as centrais eólicas do Complexo Santo Inácio.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

Em 27 de março de 2024, o Conselho da Companhia aprovou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir as perdas pela redução ao valor recuperável (“Impairment”) de ativos, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3 | Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 | Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 5 e 12 - Fornecimento não faturado de energia elétrica** – reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de faturamento;
- **Nota 6 - Depreciação** – taxa de depreciação: vida útil dos ativos;
- **Nota 9 - Provisões para compromissos futuros** - mensuração da provisão: principais premissas utilizadas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

2.5 | Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente são como segue:

a. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, além de outros ativos.

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram,

ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto:

no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando:

- (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem fornecedores, financiamentos, arrendamentos, dividendos a pagar e outros passivos.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros ativos. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos, dividendos a pagar, arrendamentos e outros passivos. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos, fornecedores, financiamentos, dividendos a pagar e outros passivos como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos

b. IMOBILIZADO

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil estimada dos bens. Como, nas autorizações outorgadas para a Companhia, não há indenização no final da autorização, não é reconhecido qualquer valor residual e tais taxas são ajustadas para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da autorização.

Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – Impairment

A Companhia avalia anualmente, os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

c. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

Ativos financeiros

Em relação ao impairment de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros. O

modelo de perda esperada requer que a Companhia registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Para maiores detalhes vide Nota Explicativa nº 6.

d. PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há processos judiciais e administrativos classificados como risco de perda provável.

Provisões para compromissos futuros

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira, e as alterações nos fluxos futuros estimados com a consequente alteração na taxa de desconto são reconhecidos no ativo da Companhia.

De acordo com o OCPC 05 - Contratos de concessão, após a entrada em operação dos empreendimentos é exigido pela legislação ambiental brasileira que sejam obtidas as licenças de operação, que dependendo dos órgãos ambientais de cada município e estado podem ter prazo entre dois e cinco anos ou ainda outro prazo, mas sempre limitado a 10 anos. Caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado deve ser registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos deve ser provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação em contrapartida passivo – compromissos futuros e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

e. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

A Companhia, com base na sistemática fiscal do lucro presumido, aplicando-se as alíquotas de presunção sobre o faturamento bruto: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. Somam-se a essas bases presumidas as outras receitas e as receitas financeiras, conforme a legislação vigente. Por fim, sobre esse total, é aplicada a alíquota vigentes na data do encerramento do exercício para cada um dos tributos: 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

A Companhia adota o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social pelo lucro presumido conforme o regime de caixa.

f. RESULTADO FINANCEIRO

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre financiamentos e arrendamentos, juros sobre arrendamentos e outras despesas financeiras.

g. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

As receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente.

A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

h. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

i. INCENTIVOS FISCAIS

O incentivo fiscal do imposto de renda e, adicionais não restituíveis, são apurados e registrados no resultado do exercício como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. A parcela do lucro decorrente de incentivos fiscais é objeto de destinação à reserva de lucro, denominada reserva de incentivos fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos. A Companhia goza deste incentivo fiscal, o qual está discriminado na nota 7.

2.6 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- (b) Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- (c) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7);
- (d) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

3 | Caixa e equivalentes de caixa

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e contas bancárias	12	3
Recursos mantidos em aplicações financeiras	22.782	16.307
	22.794	16.310

As aplicações financeiras correspondem as operações contratadas em instituições financeiras, sendo que todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Compõe-se substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI que variam entre 98% e 105% em 2023 (entre 85% e 104,3% em 2022), conforme definido quando da contratação de cada operação.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 15.

4 | Aplicações financeiras

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

	31/12/2023	31/12/2022
Recursos mantidos em aplicações financeiras	-	3.422
Caixa restrito	5.642	3.067
	5.642	6.489
Ativo circulante	2.187	3.422
Ativo não circulante	3.455	3.067
	5.642	6.489

Para cumprir com as obrigações determinadas no contrato de financiamento com o BNDES, a Companhia mantém em conta reserva do serviço da dívida três vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES e a Companhia prestadora dos serviços de operação e manutenção (O&M) do parque eólico. Os valores são debitados mensalmente nessa conta e posteriormente o recomposto pela Companhia.

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 98% e 105% em dezembro de 2023 (85% e 104,3% em 31 de dezembro de 2022) conforme definido na contratação de cada operação. Administração não espera utilizar esses recursos financeiros para atender compromissos operacionais de curto prazo e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

Já as aplicações financeiras consideradas como caixa restrito, são compostas por FIC - DI, que remuneram a cota final de 3,69 em 31 de dezembro de 2023 (3,29 em 31 de dezembro 2022) conforme definido na contratação de cada operação.

5 | Contas a receber

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a) e (d).

	31/12/2023	31/12/2022
Suprimento a outras concessionárias	1.654	1.359
Câmara de comercialização de energia elétrica	820	578
	2.474	1.937

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo do contas a receber da Companhia possui vencimentos inferiores a 60 dias e não há provisão para perda esperada. Para maiores detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia vide nota explicativa nº 15.

6 | Imobilizado

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (b) e (d).

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a Companhia é como segue:

	Terrenos(b)	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Custo Com Desmobilização(a)	TOTAL
Custo de aquisição					
Em 31/12/2021	3.155	3.187	122.428	2.100	130.870
Adições	261	-	-	-	261
Baixas	(2)	-	-	(1.192)	(1.194)
Em 31/12/2022	3.414	3.187	122.428	908	129.937
Adições	-	-	-	300	300
Baixas	(58)	-	-	-	(58)
Em 31/12/2023	3.356	3.187	122.428	1.208	130.179
Depreciação acumulada					
Em 31/12/2021	(288)	(449)	(22.381)	(285)	(23.403)
Adições	(107)	(106)	(5.432)	(80)	(5.725)
Baixas	2	-	-	27	29
Em 31/12/2022	(393)	(555)	(27.813)	(338)	(29.099)
Adições	(104)	(106)	(5.431)	(28)	(5.669)
Em 31/12/2023	(497)	(661)	(33.244)	(366)	(34.768)
Valor líquido					
Em 31/12/2022	3.021	2.632	94.615	570	100.838
Em 31/12/2023	2.859	2.526	89.184	842	95.411
Taxa média de depreciação	3,07%	3,33%	4,44%	2,46%	4,36%

Em 31 de dezembro de 2023, após a Companhia realizar as análises necessárias acerca de indicadores de *impairment*, concluiu que não há indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos.

a. Provisão para desmobilização

A Companhia reconheceu em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seu parque eólico, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi de 9,16% (9,47% em 31 de dezembro de 2022), baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.047 (R\$1.665 em 31 de dezembro de 2022).

b. Terrenos

A Companhia reconhece um ativo de “terreno” como imobilizado e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de “terreno” é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos depreciação acumulada. A taxa de depreciação aplicada neste ativo é calculada pelo prazo do contrato de arrendamento.

7 | Tributos a recolher sobre o lucro

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (f).

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda	164	1.019
Contribuição social	112	272
	276	1.291

7.1 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais, combinadas das despesas de imposto de renda e contribuição social reconhecidas em resultado para o exercício de 2023 e 2022, conforme demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita bruta tributada pelo regime de caixa	22.232	20.518
Presunção imposto de renda – 8% (i)	1.779	1.641
Presunção contribuição social – 12% (ii)	2.668	2.462
Demais receitas e ganhos de capital (iii)	2.635	4.423
Base de cálculo do Imposto de Renda (i) + (iii)	4.414	6.064
Imposto de renda – 15%	662	910
Adicional de Imposto de renda – 10%	417	582
Total de IRPJ (iv)	1.080	1.492
Base de cálculo da Contribuição Social (ii) + (iii)	5.303	6.885
Total contribuição Social – 9%	477	620
Total da CSLL (v)	477	620
Imposto de Renda e Contribuição Social (iv) + (v)	1.557	2.112

8 | Financiamento

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (a).

A composição dos financiamentos é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	31/12/2023	31/12/2022
Finem BNDES	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	38.594	40.523
Classificadas como:					
Passivo circulante				2.672	2.451
Passivo não circulante				35.922	38.072
				38.594	40.523

a. FINEM BNDES

Em 08 de dezembro de 2017 a Aliança Geração de Energia, sua subsidiária Aliança Eólica Santo Inácio Participações (“Aliança Eólica”) e as subsidiárias Central Eólica Santo Inácio III, Central Eólica Santo Inácio IV, Central Eólica São Raimundo e Central Eólica Garrote (“SPEs”) assinaram, em conjunto, o Contrato de Financiamento (“Contrato de Financiamento”) e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O financiamento era condição prevista no Plano de Negócios do Parque Eólico Santo Inácio, possui volume financeiro de R\$52.285, prazo de pagamento em 16 anos e remuneração definida pela taxa TJLP + 2,48% ao ano.

Foram dados em garantia: (i) penhor da totalidade das ações da Aliança Eólica, (ii) penhor da totalidade das ações das SPEs, (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes dos contratos de compra e venda de energia das SPEs, (iv) cessão fiduciária de quaisquer outros direitos e/ou receitas das SPEs, (v) cessão fiduciária dos créditos que venham a ser depositados nas contas centralizadoras das SPEs e da Aliança Eólica, (vi) cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização das SPEs dada pela Aneel, (vii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento, supervisão, montagem e comissionamento dos aerogeradores, (viii) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de operação e manutenção do Parque Eólico Santo Inácio, (ix) penhor das máquinas e equipamentos das SPEs e, (x) prestação de fiança corporativa da Companhia, responsabilizando-se solidariamente pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas até a liquidação total do contrato de financiamento.

Dentre as obrigações assumidas, comuns a este tipo de contrato, destaca-se a manutenção por parte das SPEs do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) em um nível igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos), medido e assegurado anualmente com base nos valores apurados nas demonstrações financeiras dos últimos doze meses. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, as SPEs incorrerão em aumento do número de parcelas retidas nas contas reserva do serviço da dívida, que passarão de três vezes para seis vezes o valor do último pagamento mensal ao BNDES.

Os compromissos estabelecidos no contrato de financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia em 31 de dezembro de 2023.

1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e ao Contrato de Cessão

Em 31 de maio de 2019 foi assinado o 1º Aditivo ao Contrato de Financiamento e o 1º Aditivo ao Contrato de Cessão que, dentre outras medidas, autorizou: (i) a incorporação da Aliança Eólica pela Aliança Geração; (ii) a redistribuição de obrigações da Aliança Eólica; (iii) a redistribuição de garantias relacionadas à Aliança Eólica; e (iv) a postergação do prazo máximo da emissão de debêntures previstas nos contratos.

2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, Contrato de Penhor de Ações (“Contrato de Penhor de Ações”) e Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos (“Contrato de Penhor de Máquinas e Equipamentos”)

Em 28 de junho de 2019 foram assinados o 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento, o 2º Aditivo ao Contrato de Cessão, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Penhor de Equipamentos, junto ao BNDES e à Simplific Pavarini (com exceção do 2º Aditivo ao Contrato de Financiamento), sendo atribuído, dentre outras questões, a desconstituição e a

constituição de garantias com vistas a permitir a extensão desses direitos em favor dos debenturistas da 2ª Emissão de Debêntures da Aliança, representados pelo Agente Fiduciário.

A movimentação dos financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	42.322
Encargos financeiros provisionados	3.827
Amortização do principal	(2.189)
Pagamento de juros	(3.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	40.523
Encargos financeiros provisionados	3.769
Amortização do principal	(2.400)
Pagamento de juros	(3.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	38.594

Referente a movimentação dos financiamentos no ano de 2023, apenas o montante de R\$3.769 (R\$3.827 em 31 de dezembro de 2022) não teve efeito de caixa.

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/12/2023	31/12/2022
TJLP	2,48%	7,20%

O vencimento dos financiamentos apresentado no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	
2025	2.836
2026	3.077
2027	3.338
2028	4.497
2029	4.497
2030 a 2034	17.677
	35.922

b. GARANTIAS

Em 31 de dezembro de 2023, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES.

9 | Provisão para compromissos futuros

Veja política contábil na nota explicativa 2.6 (e).

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.298
Adições/(Baixas)	(1.378)
Pagamentos	(186)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.107
Adições/(Baixas)	134
Pagamentos	(72)
Atualizações	125
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.294

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante	65	96
Passivo Não Circulante	2.229	2.011
	2.294	2.107

Considerando que: (i) a Companhia obtém licenças ambientais e, conseqüentemente, deve cumprir as obrigações nelas constantes para operar; (ii) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos; e (iii) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante, não circulante e incorpora tal custo no seu ativo intangível conforme estabelecido pelo OCPC 05 - Contratos de Concessão. Durante o prazo de vigência das licenças de operação tais custos são registrados no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudança no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros durante a fase de operação de seus empreendimentos em operação.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente para mensuração do valor das provisões para compromissos futuros utilizando uma taxa média de desconto nominal de 9,16% (8,24% em 31 de dezembro de 2022).

A taxa média de projeção do fluxo do desmantelamento é de 9,16% (9,47% em 31 de dezembro de 2022).

10 | Patrimônio Líquido

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (j).

(a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 04 de outubro de 2022, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$23.151, cancelando 23.467.069 ações ordinárias, nominativas e restituindo assim a acionista Aliança Geração no dia 16 de dezembro de 2022.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$62.094 (R\$62.094 em 31 de dezembro de 2022), representado por 62.096.662 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023		31/12/2022	
	Capital R\$	Ações	Capital R\$	Ações
Acionista				
Aliança Geração Energia S.A.	62.094	62.093.662	62.094	62.093.662

(b) Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social. Em 2023, o saldo dessa reserva é de R\$1.585 (R\$1.305 em 31 de dezembro de 2022).

	Reserva legal
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2021	938
Constituição da reserva legal em 2022 (5% Lucro Líquido do exercício)	327
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2022	1.265
Constituição da reserva legal em 2023 (5% Lucro Líquido do exercício)	320
Saldo reserva legal em 31 de dezembro de 2023	1.585

(c) Reserva de retenção de lucros

De acordo com o art. 197 da Lei das Sociedades por Ações, no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros.

A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Em 2023, o montante R\$4.564 (R\$4.659 em 31 de dezembro de 2022).

(a) Dividendos

Ao acionista é assegurado o dividendo mínimo estatutário de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária brasileira após a constituição da reserva legal, quando aplicável. Os lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios foram transferidos para a reserva de lucros.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	6.405	6.539
Constituição da reserva legal	(320)	(327)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(1.521)	(1.553)
Reserva de retenção de lucros	(4.564)	(4.659)

Durante o exercício de 2023 a Companhia realizou o pagamento de R\$3.769 a título de dividendos (R\$0 em 2022), do montante de dividendos liquidados em 2023: R\$2.216 em 31 de março de 2023 e o restante do valor pago R\$1.553 em 31 de julho de 2023.

(b) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro Líquido do exercício	6.405	6.539
Média ponderada das ações (ações em milhares)	62.093.662	79.694.714
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,000103	0,000082

11 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITAS		DESPESAS	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aliança Geração de Energia S.A (i)	-	-	8.240	10.444	-	-	872	638
Grupo Vale (ii)	1.654	1.359	-	-	23.256	19.485	-	-
Grupo Cemig (iii)	-	-	8	9	-	-	72	70
Central Eólica Santo Inácio III (iv)	-	-	-	-	-	-	7	32
Central Eólica São Raimundo (iv)	-	-	43	-	-	-	958	718
	1.654	1.359	8.291	10.453	23.256	19.485	1.909	1.458

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) prestação de serviços com *backoffice* e dividendos a pagar; (ii) venda de energia, onde as condições foram estabelecidas com base em contratos firmado entre as partes, (iii) custos com TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão), e (iv) reembolsos de custos com O&M.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Para mais detalhes sobre a política das transações com partes relacionadas veja nota nº 16 dos instrumentos financeiros.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

A remuneração do pessoal-chave da Administração é determinada e diretamente paga através da sua controladora Aliança Geração de Energia S.A. e rateada conforme contrato de prestação de serviços entre as Companhias.

12 | Receita líquida

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (h).

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecimento bruto de energia elétrica – Industrial e equivalente	23.256	-
Fornecimento bruto de energia elétrica – Suprimentos a outras concessionárias	-	19.485
Transações com energia na CCEE	1.312	767
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (a)	(3.044)	(814)
	21.524	19.438

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em sua acionista.

a. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	31/12/2023	31/12/2022
Tributos sobre a receita		
PIS	(147)	(131)
COFINS	(677)	(604)
ICMS - substituição tributária (a)	(2.132)	-
	(2956)	(735)
Encargos do consumidor		
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(88)	(79)
	(88)	(79)
	(3.044)	(814)

(a) O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

13 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(805)	(648)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(1.230)	(1.143)
Depreciação e amortização	(5.734)	(5.790)
Operação e manutenção	(2.622)	(2.222)
Serviços de terceiros	(926)	(697)
Outros (custos) receitas operacionais, líquidas	(775)	(393)
	(12.092)	(10.893)

b. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
	Serviços de terceiros	(300)
Outros	(35)	(91)
	(335)	(382)

14 | Receitas e despesas financeiras

Veja política contábil na nota explicativa 2.5 (g).

A composição do resultado financeiro é conforme segue:

Receitas financeiras	31/12/2023	31/12/2022
	Rendimentos de aplicações financeiras	3.123
Receita financeira - CCEE	6	60
	3.129	4.705
Despesas financeiras		
Encargos de financiamentos	(3.769)	(3.827)
Juros de arrendamentos	(263)	(201)
Variações monetárias	(125)	(186)
Outras despesas financeiras	(107)	(3)
	(4.264)	(4.217)
	(1.135)	488

15 | Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores, financiamentos e contas a receber e a pagar com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Categoria dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros:	31/12/2023		31/12/2022	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Custo amortizado				
Equivalentes de caixa	22.782	22.782	16.307	16.307
Aplicações financeiras	5.642	5.642	6.489	6.489
Contas a receber	2.474	2.474	1.937	1.937
Outros ativos	324	324	-	-
	31.222	31.222	24.733	24.733
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	621	621	368	368
Financiamentos	38.594	30.951	40.523	43.819
Dividendos a pagar	8.168	8.168	10.415	10.415
Outros passivos	164	164	136	136
	47.547	39.904	51.442	54.738

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de dezembro de 2023. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos (Nota no 8) indexado à variação do TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de dezembro de 2023.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um hedge natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2023, a TJLP acumulada para os financiamentos será de 6,55%, e para as aplicações financeiras o CDI será de 9,83%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para:

	31/12/2023			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 9,83%	Cenário I CDI 12,29%	Cenário II CDI 14,75%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	28.436	31.231	31.931	32.630
Ativo exposto	28.436	31.231	31.931	32.630
Efeito no resultado		2.795	3.495	4.194

	31/12/2023			
	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 6,55%	Cenário I TJLP 8,19%	Cenário II TJLP 9,83%
Passivo				
Financiamentos (nota nº 8)	(38.594)	(41.122)	(41.755)	(42.388)
Passivo exposto	(38.594)	(41.122)	(41.755)	(42.388)
Efeito no resultado		(2.528)	(3.161)	(3.794)
Efeito líquido da variação do CDI e da TJLP no Resultado		267	334	401

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A acionista da Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A acionista da Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores e financiamentos, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela abaixo:

	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	621	-	-	-	621
Financiamentos	668	2.004	19.774	16.148	38.594
Arrendamento	73	210	924	2003	3.210
	1.362	2.214	20.698	18.151	42.425

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seu acionista (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionista entende-se que o risco de crédito é mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, - buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seu acionista no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	22.794	16.310
Aplicações financeiras	5.642	6.489
Contas a receber	2.474	1.937
Total da exposição	30.910	24.736

Riscos de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são consideráveis bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

16 | Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais no montante de R\$62.325 e de responsabilidade civil no montante de R\$2.897, os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

17 | Compromissos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes compromissos assumidos:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$ 8.137 (R\$9.346 em 31 de dezembro de 2022).

Contrato de uso do sistema de transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. O contrato tem vigência até o término da autorização da usina. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes deste contrato totalizava R\$ 2.639 (R\$2.658 em 31 de dezembro de 2022).

Contrato de arrendamento

A Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão sendo implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida por aerogerador implantado no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é R\$8.089 (R\$8.289 em 31 de dezembro de 2022).

18 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Adição/Baixa em provisão para compromissos futuros – licença de operação	(166)	(186)
Adição/Baixa de provisão para compromissos futuros - desmobilização	300	(1.192)
Arrendamentos	-	261
	134	(1.117)

DIRETORIA

Sandro Magno de Figueiredo e Horta
Diretor Técnico

Marcos Liberato do Nascimento
Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
Contador CRC/MG - 105611/O-3



A nova geração da energia.

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0301693

Passo 3 - Digite a senha: q4c20uoW